

PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2026

CONTRATANTE (UASG)
(201201)

OBJETO
Aquisição de Material de Estoque e Almoxarifado.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 39.642,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **14/05/2026** às **10h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
[menor preço] / [por item]]

MODO DE DISPUTA:
[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS- SEADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

(Processo Administrativo sei nº 270.00000020/2026-84)

Torna-se público que o(a) **FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE**, por meio do(a) Gerência Administrativa da Diretoria Adjunta Administrativa e Financeira, sediado(a) à Avenida Professor Lineu Prestes, 913- Cidade Universitária – São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Materiais de Estoque e Almoxarifado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em (05) itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).*

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *[preço]*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#)) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *[valor inferior]* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *[valores]* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º*

do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *[acima do preço máximo]* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. *Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.12.1. *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

7.12.2. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

7.12.3. *Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.*

7.12.3.1. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico: licitacoes@seade.gov.br*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. *deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou*

12.1.5.5. *caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;*

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. *Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;*

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:*

(1) Multa Moratória de 0,2% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(2) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 10% a 30% do valor do Contrato;

(3) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 10% a 30% do valor do Contrato;

(4) Para a infração descritas no item 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.7, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato;.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão

estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio eletrônico: licitacoes@seade.gov.br*

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no sítio eletrônico na Internet: www.seade.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade

expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;;

J

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. *de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;*

14.2.2.3.5. *dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;*

14.2.2.3.6. *de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;*

14.2.2.3.7. *de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.3. *Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.4. *Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico*: **www.seade.gov.br**.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.16.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.16.2. *ANEXO II – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

São Paulo, 27 de abril de 2026.

LUIS RICARDO SANTORO

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12/2026

ANEXO II

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

PROCESSO SEI Nº 270.00000020/2026-84

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90007/2026

OBJETO: Aquisição de material de estoque e almoxarifado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Sabonete Líquido Aspecto Físico: Líquido Viscoso Acidez: Neutro PH Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio Aroma: Erva-Doce	339700	Galão 5 litros	80		
2	Toalha De Papel Material: 100% Fibra Celulose Virgem Tipo Folha: Interfolha, 2 Dobras, Folha dupla Comprimento: 22 CM Largura: 21,50 CM Cor: Branca Características Adicionais: Gofrado, Gramatura: 23 G/M2	424890	Pacote 1.000 folhas	1.200		
3	Papel Higiênico Fibras Celulósicas; 30m x 10 cm; branco; picotado, gofrado, folha dupla.	443004	Fardo c/ 64 unidades	140		
4	Caixa de Arquivo Material: Polipropileno, Dimensão: (C x L x A): 350 x 130 x 250 mm, Cor: Azul, Impressão: Padrão	622662	Unidade	1.000		
5	Etiqueta Adesiva Material: Papel, Cor: Branca, Tipo: Auto - Adesiva, Altura: 138,11mm, Apresentação: 2 Etiquetas p/ folha, Largura: 1, 212,30mm	329552	Caixa c/ 25 folhas	20		

- 1) *Apresentar Marca e Modelo do produto oferecido.*
- 2) *O preço acima é final e nele estão incluídos todos os custos, tributos, encargos sociais e demais despesas relativas ao fornecimento objeto desta licitação, de forma a se constituírem na única contraprestação a ser paga pela Fundação SEADE.*
- 3) *Declaramos estar de acordo com todos os termos do Edital e seus Anexos que dele fazem parte integrante, bem como não existir nenhum fato impeditivo para celebrar Contrato com a Administração.*
- 4) *O prazo de entrega dos materiais será de no máximo 10 (dez) dias a partir da entrega da nota de empenho, em remessa única.*
- 5) *Os produtos deverão ser entregues na Fundação SEADE, à Avenida Professor Lineu Prestes, 913, Cidade Universitária, Butantã, Capital/SP.*
- 6) *Temos ciência quanto a obrigação de apresentação de conta aberta no Banco do Brasil para realização do pagamento pela Fundação SEADE.*
- 7) *Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.*

São Paulo, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante legal

DADOS DA EMPRESA CONTRATADA
RAZÃO SOCIAL / CNPJ
PESSOA RESPONSÁVEL PELA EMPRESA
Apenas obrigatório o preenchimento pela vencedora do Pregão.

ESP-FUND.SISTEMA ESTADUAL ANAL.DADOS-SEADE

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	201201-ESP-FUND.SISTEMA ESTADUAL ANAL.DADOS-SEADE	WAGNER SILVESTREIN DE ANDRADE	29/04/2026 15:24 (v 0.10)

Status
CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	9/2026	270.00000020/2026-84

1. Definição do objeto

Condições Gerais da Contratação

1.1. Aquisição de material de estoque e almoxarifado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Sabonete Líquido					
1	Aspecto Físico: Líquido Viscoso; Acidez: Neutro PH Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio Aroma: Erva-Doce	339700	Galão 5 litros	80	20,66	1.652,80
2	Toalha De Papel; Material: 100% Fibra Celulose Virgem; Tipo Folha: Interfolha, 2 Dobras, Folha dupla; Comprimento: 22 CM; Largura: 21,50 CM; Cor: Branca; Características Adicionais: Gofrado, Gramatura: 23 G/M2	424890	Pacote 1000 folhas	2160	19,41	23.292,00
3	Papel Higiênico, Fibras Celulósicas; 30mX10 cm; branco; picotado, gofrado, folha dupla	443004	Fardo com 64 unidades	140	69,30	9.702,00
4	Caixa Arquivo Material: Polipropileno , Dimensão (C X L X A): 350 X 130 X 250 Mm. MM, Cor: Azul , Impressão: Padrão	622662	Unidade	1000	4,27	4.270,00
5	Etiqueta Adesiva Material: Papel , Cor: Branca , Tipo: Auto-Adesiva , Altura: 138,11 MM, Apresentação: 2 Etiquetas Por Folha , Largura I,: 212,30 M	329552	Caixa com 25 folhas (50 etiquetas)	20	36,27	725,40
TOTAL						39.642,20

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

e Descrição da Necessidade da Contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [46377222000129-0-000001/2026];

II) Data de publicação no PNCP: [04/06/2025];

III) Id do item no PCA: [54 e 55];

IV) Classe/Grupo: [8540];

V) Identificador da Futura Contratação: [201201-53/2026]

3. Descrição da solução

como um todo considerando o ciclo de vida do objeto e especificação do produto

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os critérios previstos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU vigente, naquilo que couber. A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos com redução de desperdícios e menor poluição tais como:

4.1.1. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.2. Que as embalagens sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.3. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes, substituindo substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.4. A empresa contratada e seus funcionários deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão.

Da exigência de amostra

4.2. Serão exigidas amostras de todos os itens.

4.3. As amostras deverão ser entregues no endereço Av. Lineu Prestes, 913 setor GEADM - Almoxarifado, no prazo limite de 3 dias corridos, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.4. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.7. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.8. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de (10) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Outros requisitos da Contratação

4.10. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80%(oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

4.11. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

4.12. A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;

4.13. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

4.14. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

4.15. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

4.16. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados da data do aceite do objeto em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Av. Lineu Prestes,913 setor GEADM – Almoxarifado , Cidade Universitária – USP-SP.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o contratante poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.7.2 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º.)

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com

menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias corridos, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3(três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. O fornecimento do objeto será integral, com entrega imediata

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. **[Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;]
- 8.6. **Sociedade empresária,** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples** ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis, onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.10. **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a data da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);
- 8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, quanto ao imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicação - IBS e nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao imposto sobre Bens de Serviços - IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza - ISSQNS,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18 Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor; caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária

Outras comprovações

8.21. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.21.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.21.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.21.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.21.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.21.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.21.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.21.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 39.642,20

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 39.642,20 (trinta e nove mil, seiscientos e quarenta e dois reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Sabonete Líquido Aspecto Físico: Líquido Viscoso Acidez: Neutro PH	339700	Galão 5 litros	80	20,66	1.652,80

	Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio Aroma: Erva-Doce						
2	Toalha De Papel Material: 100% Fibra Celulose Virgem Tipo Folha: Interfolha, 2 Dobras, Folha Dupla Comprimento: 22 CM Largura: 21,50 CM Cor: Branca Características Adicionais: Gofrado, Gramatura: 23 G/M2	424890	Pacote 1000 folhas	1200	19,41	23.292,00	
3	Papel Higiênico, Fibras Celulósicas; 30mX10 cm; branco; picotado, gofrado, folha dupla	443004	FARDO 64 UNIDADES	140	69,30	9.702,00	
4	Caixa Arquivo Material: Polipropileno , Dimensão (C X L X A): 350 X 130 X 250 Mm. MM, Cor: Azul , Impressão: Padrão	622662	Unidade	1000	4,27	4.270,00	
5	Etiqueta Adesiva Material: Papel , Cor: Branca , Tipo: Auto-Adesiva , Altura: 138,11 MM, Apresentação: 2 Etiquetas Por Folha , Largura I,: 212,30 M	329552	Caixa com 25 folhas (50 etiquetas)	20	36,27	725,40	
VALOR TOTAL ESTIMADO						39.642,20	

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2 No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: [201201];
- II-Fonte de Recursos: [150140001];
- III Programa de Trabalho: [04121203355130000];
- IV Elemento de Despesa: [33903015];
- V Plano Interno: [PCA 2026].

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Referência

11. Referência

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada.

Análise técnica: Subsecretaria de Gestão.

Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Aquisição - Licitação

Versão atualizada em: 01/01/2026

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WAGNER SILVESTRIN DE ANDRADE

Equipe de apoio

VALDIR VIEIRA NEVES

Equipe de apoio

ESP-FUND.SISTEMA ESTADUAL ANAL.DADOS-SEADE

Estudo Técnico Preliminar 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 270.00000020/2026-84

2. Entidade Pública : Fundação SEADE

Fundação SEADE

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Fundação Seade - GEADM - Almoxarifado	Valdir Neves

4. Descrição da necessidade

A aquisição de materiais de estoque é imprescindível para suprir às necessidades de fornecimento interno do Almoxarifado, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas das unidades e seus funcionários, na obtenção de materiais para o desenvolvimento das atividades da Fundação SEADE.

Os itens de consumo a serem adquiridos são de qualidade e atributos comuns, não superiores às finalidades às quais se destinam, com especificações e disponibilidade usuais do mercado e não apresentando variações significativas de qualidade. Mais precisamente em não se tratando de artigos de luxo , o objeto comum destina-se a atender necessidades comuns da Administração, de modo que pequenas variações de qualidade se tornam irrelevantes.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade:

5.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os critérios previstos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU vigente, naquilo que couber. A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos com redução de desperdícios e menor poluição tais como:

5.1.1. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.1.2. Que as embalagens sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.3. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes, substituindo substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

5.1.4. A empresa contratada e seus funcionários deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão.

Da exigência de amostra

52. Serão exigidas amostras de todos os itens.

5.3. As amostras deverão ser entregues no endereço Av. Lineu Prestes,913 setor GEADM - Almoxarifado , no prazo limite de 3 dias corridos, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

5.4. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

5.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

5.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

5.7. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

5.8. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de (10) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Garantia da contratação

5.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Outros requisitos da Contratação

5.10. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80%(oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

5.11. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

5.12. A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;

5.13. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

5.14. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

5.15. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

5.16. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6. Levantamento de Mercado

Pesquisas de preços realizadas no endereço do sitio eletrônico: <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>, por meio de senha de acesso, o qual possui ferramenta de busca dos preços praticados em contratações no âmbito da Administração Pública

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução proposta envolve a aquisição de materiais para o suprimento anual dos estoques de higiene e escritório, não havendo necessidade de manutenção, para fins de atendimento às necessidades institucionais, proporcionando uma melhoria no ambiente de trabalho nas dependências das unidades .

7.2 No mais, a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento licitatório com o menor formalismo e cujo tempo necessária para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado

7.3.Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Sabonete Líquido Aspecto Físico: Líquido Viscoso Acidez: Neutro PH Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio Aroma: Erva-Doce	339700	Galão 5 litros	80

2	Toalha De Papel Material: 100% Fibra Celulose Virgem Tipo Folha: Interfolha, 2 Dobras, Folha Dupla Comprimento: 22 CM Largura: 21,50 CM Cor: Branca Características Adicionais: Gofrado, Gramatura: 23 G /M2	424890	Pacote 1000 folhas	1200
3	Papel Higiênico, Fibras Celulósicas; 30mX10 cm; branco; picotado, gofrado, folha dupla	443004	FARDO 64 UNIDADES	140
4	Caixa Arquivo Material: Polipropileno , Dimensão (C X L X A): 350 X 130 X 250 Mm. MM, Cor: Azul , Impressão: Padrão	622662	Unidade	1000
5	Etiqueta Adesiva Material: Papel , Cor: Branca , Tipo: Auto-Adesiva , Altura: 138,11 MM, Apresentação: 2 Etiquetas Por Folha , Largura I; 212,30 M	329552	Caixa com 25 folhas (50 etiquetas)	20

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Via de regra, o parcelamento se faz necessário para garantir a competitividade do certame licitatório e com isso trazer para a Administração uma solução mais vantajosa financeiramente, já que algumas empresas podem não ter capacidade ou condições de ofertar a integralidade do objeto, mas apenas uma parte dele, razão pela qual a adjudicação conjunta inviabilizaria a participação delas no certame

Essa determinação está preceituada no § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Considerando-se que os objetos previstos nessa contratação são divisíveis; que essa possível divisão não implicará prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala; que tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade; o presente Estudo Técnico Preliminar considera justificada a possibilidade de parcelamento da solução a ser contratada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando-se que: as contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal; e que as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação; esse Estudo Técnico Preliminar não detectou quaisquer contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 39.642,20

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Sabonete Líquido Aspecto Físico: Líquido Viscoso Acidez: Neutro PH Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio Aroma: Erva-Doce	339700	Galão 5 litros	80	20,66	1.652,80
2	Toalha De Papel Material: 100% Fibra Celulose Virgem Tipo Folha: Interfolha, 2 Dobras, Folha Dupla Comprimento: 22 CM Largura: 21,50 CM Cor: Branca Características Adicionais: Gofrado, Gramatura: 23 G/M2	424890	Pacote 1000 folhas	1200	19,41	23.292,00

3	Papel Higiênico, Fibras Celulósicas; 30mX10 cm; branco; picotado, gofrado, folha dupla	443004	FARDO 64 UNIDADES	140	69,30	9.702,00
4	Caixa Arquivo Material: Polipropileno , Dimensão (C X L X A): 350 X 130 X 250 Mm. MM, Cor: Azul , Impressão: Padrão	622662	Unidade	1000	4,27	4.270,00
5	Etiqueta Adesiva Material: Papel , Cor: Branca , Tipo: Auto- Adesiva , Altura: 138,11 MM, Apresentação: 2 Etiquetas Por Folha , Largura I,: 212,30 M	329552	Caixa com 25 folhas (50 etiquetas)	20	36,27	725,40
VALOR TOTAL ESTIMADO						39.642,20

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O serviço a ser contratado por meio desse Estudo encontra-se alinhado no PCA do ano de 2025.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação objetiva atender a necessidade da Fundação SEADE, bem como a manutenção de uma reserva técnica de estoque, visando atender as demandas da instituição, de modo a não comprometer o pleno funcionamento das atividades.

14. Providências a serem Adotadas

Entende-se que para estas aquisições em específico, não há providências a serem tomadas para adequação do ambiente da Unidade, nem para a capacitação de servidores para atuarem na contratação.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais, razão pela qual este item não será considerado no planejamento

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WAGNER SILVESTRIN DE ANDRADE

Assessor

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de sabonete líquido, papel toalha e rolos de papel higiênico mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que se tratam de insumos essenciais para a manutenção das condições adequadas de higiene, salubridade e bem-estar dos usuários e servidores nas dependências da Administração Pública. Tais materiais são de uso contínuo, com demanda previsível e padronizada, o que facilita a definição de quantitativos e especificações técnicas no processo de contratação.

Do ponto de vista de mercado, há ampla oferta por diversos fornecedores, o que favorece a competitividade e possibilita a obtenção de propostas vantajosas para a Administração. Ademais, os produtos possuem características comuns e facilmente comparáveis, não exigindo soluções tecnológicas complexas, o que reduz riscos na execução contratual.

Por fim, a contratação contribui diretamente para o atendimento de normas sanitárias e de segurança, evitando prejuízos ao funcionamento regular das atividades institucionais. Dessa forma, evidencia-se a adequação e a viabilidade da contratação pretendida, alinhada ao interesse público e aos princípios da economicidade e eficiência.

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
9/2026	201201	Rascunho	WAGNER SILVESTRIN DE ANDRADE

Título: Sabonete líquido, papel toalha, papel higiênico, pasta prolipropileno, etiqueta

Observações:

Total de itens cotados: 5 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 25.441,7000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
339700 - Sabonete Líquido Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Acidez: Neutro PH, Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio , Aroma: Erva-Doce	Galão 5 Litro	80
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 10,7300	R\$ 20,6603	R\$ 17,5950
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 62,3190% Desvio Padrão: 12,8753 Maior Preço: R\$ 65,1600		


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Galão 5 Litro	R\$ 10,0000	06/03/2026	Não
2	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-RN - Compras.gov.br	24	Galão 5 Litro	R\$ 21,5000	01/03/2026	Não
3	I	MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS - Compras.gov. br	1200	Galão 5 Litro	R\$ 16,0000	20/02/2026	Não
4	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	35	Galão 5 Litro	R\$ 18,0300	11/02/2026	Não
5	I	PREFEITURA DE DIAMANTE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	300	Galão 5 Litro	R\$ 22,0000	10/02/2026	Não
6	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	80	Galão 5 Litro	R\$ 30,0100	05/02/2026	Não
7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - Compras.gov.br	120	Galão 5 Litro	R\$ 29,7600	05/02/2026	Sim
8	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - Compras.gov.br	1500	Galão 5 Litro	R\$ 31,8300	05/02/2026	Não
9	I	MMS-CAMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE - Compras.gov.br	4	Galão 5 Litro	R\$ 47,2700	04/02/2026	Não

10	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1000	Galão 5 Litro	R\$ 18,2000	20/01/2026	Não
11	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - MG - Compras.gov.br	36	Galão 5 Litro	R\$ 25,8900	16/01/2026	Não
12	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA-CE - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 12,8000	13/01/2026	Não
13	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-PR - Compras.gov.br	12	Galão 5 Litro	R\$ 13,8900	13/01/2026	Não
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 9,5000	23/12/2025	Não
15	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO - Compras.gov.br	300	Galão 5 Litro	R\$ 18,1700	19/12/2025	Não
16	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GO - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 18,9900	01/12/2025	Sim
17	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	2	Galão 5 Litro	R\$ 21,9900	28/11/2025	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA DE MEIO AMB., INFRAEST. E LOG - Compras.gov.br	9631	Galão 5 Litro	R\$ 9,6700	26/11/2025	Não
19	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 14,2500	25/11/2025	Não
20	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1270	Galão 5 Litro	R\$ 10,5000	25/11/2025	Não
21	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - Compras.gov.br	84	Galão 5 Litro	R\$ 13,4000	19/11/2025	Sim
22	I	ESP-SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - Compras.gov.br	84	Galão 5 Litro	R\$ 11,9700	14/11/2025	Sim
23	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	332	Galão 5 Litro	R\$ 7,2000	05/11/2025	Não
24	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	217	Galão 5 Litro	R\$ 12,3500	04/11/2025	Não
25	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	15	Galão 5 Litro	R\$ 13,9000	21/10/2025	Não
26	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	84	Galão 5 Litro	R\$ 23,5000	08/10/2025	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA DE MEIO AMB., INFRAEST. E LOG - Compras.gov.br	1050	Galão 5 Litro	R\$ 13,5300	15/09/2025	Não
28	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	60	Galão 5 Litro	R\$ 10,7300	08/09/2025	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Galão 5 Litro	R\$ 11,4800	01/09/2025	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	24	Galão 5 Litro	R\$ 19,9500	01/09/2025	Sim
31	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4000	Galão 5 Litro	R\$ 11,4400	28/08/2025	Não
32	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	150	Galão 5 Litro	R\$ 16,9900	25/08/2025	Não
33	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	600	Galão 5 Litro	R\$ 27,5000	11/08/2025	Não
34	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	6	Galão 5 Litro	R\$ 19,2000	05/08/2025	Sim
35	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	869	Galão 5 Litro	R\$ 15,5000	29/07/2025	Não
36	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	897	Galão 5 Litro	R\$ 13,9500	29/07/2025	Não
37	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	869	Galão 5 Litro	R\$ 16,3400	29/07/2025	Não
38	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	2609	Galão 5 Litro	R\$ 15,5000	29/07/2025	Não
39	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	10	Galão 5 Litro	R\$ 16,6600	21/07/2025	Sim
40	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	12	Galão 5 Litro	R\$ 15,8000	17/07/2025	Sim
41	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 8,9500	16/07/2025	Não
		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO					

42	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	180	Galão 5 Litro	R\$ 11,9500	15/07/2025	Não
43	I	ESP-SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS - Compras.gov.br	125	Galão 5 Litro	R\$ 13,7200	08/07/2025	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2042	Galão 5 Litro	R\$ 12,4900	01/07/2025	Não
45	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ES - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 19,4000	26/06/2025	Não
i 46	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	6	Galão 5 Litro	R\$ 17,5950	03/06/2025	Sim
47	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	15	Galão 5 Litro	R\$ 11,4100	03/06/2025	Não
48	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - Compras.gov.br	370	Galão 5 Litro	R\$ 11,8800	29/05/2025	Não
49	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GO - Compras.gov.br	10	Galão 5 Litro	R\$ 16,0800	27/05/2025	Não
50	I	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - Compras.gov.br	15	Galão 5 Litro	R\$ 65,1600	23/05/2025	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2



Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
424890 - Toalha De Papel Material: 100% Fibra Celulose Virgem , Tipo Folha: Interfolha, 2 Dobras , Comprimento: 22 CM, Largura: 21,50 CM, Cor: Branca , Características Adicionais: Gofrado, Gramatura: 23 G/M2	Pacote 1000 Unidade	1200
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 3,4800	R\$ 19,4111	R\$ 9,3400
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 121,9498% Desvio Padrão: 23,6718 Maior Preço: R\$ 84,3400		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Pacote 1000 Unidade	R\$ 6,5000	25/02/2026	Não
2	I	COMPANHIA MARICÁ ALIMENTOS / RJ - Compras.gov.br	1800	Pacote 1000 Unidade	R\$ 25,3000	20/02/2026	Sim
3	I	ESP - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV - Compras.gov.br	504	Pacote 1000 Unidade	R\$ 8,7100	03/02/2026	Sim
4	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	500	Pacote 1000 Unidade	R\$ 15,0000	29/01/2026	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	10	Pacote 1000 Unidade	R\$ 15,9000	21/01/2026	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	1084	Pacote 1000 Unidade	R\$ 84,3400	21/01/2026	Sim
7	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	120	Pacote 1000 Unidade	R\$ 8,9100	05/12/2025	Não
8	I	ESP-SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - Compras.gov.br	2160	Pacote 1000 Unidade	R\$ 12,0000	14/11/2025	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	636	Pacote 1000 Unidade	R\$ 9,3400	03/11/2025	Sim
i 10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1500	Pacote 1000 Unidade	R\$ 8,0000	28/09/2025	Sim

11	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Pacote 1000 Unidade	R\$ 3,4800	11/09/2025	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	400	Pacote 1000 Unidade	R\$ 8,4900	04/06/2025	Não
13	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	1220	Pacote 1000 Unidade	R\$ 8,5300	07/05/2025	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5060	Pacote 1000 Unidade	R\$ 7,7700	28/04/2025	Não
15	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	100	Pacote 1000 Unidade	R\$ 12,3000	15/04/2025	Não
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Pacote 1000 Unidade	R\$ 7,3000	21/03/2025	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item

443004 - Papel Higiênico Material: Celulose Virgem , Largura: 10 CM, Cor: Branca , Características Adicionais: Picotado, Folha Dupla

Unidade de Fornecimento

Fardo 64 Unidade

Quantidade

140


Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 49,9000

Média

R\$ 69,3036

 Mediana

R\$ 61,2400

Coeficiente de Variação: 31,4594%

Desvio Padrão: 21,8025

Maior Preço: R\$ 117,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Fardo 64 Unidade	R\$ 49,9500	25/02/2026	Sim
2	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	320	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,9800	05/02/2026	Não
3	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5048	Fardo 64 Unidade	R\$ 57,9900	20/01/2026	Não
4	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5048	Fardo 64 Unidade	R\$ 56,9900	20/01/2026	Não
5	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	990	Fardo 64 Unidade	R\$ 57,9900	20/01/2026	Não
6	I	PREFEITURA DE SANTA HELENA - PR - Compras.gov.br	1930	Fardo 64 Unidade	R\$ 49,0000	14/01/2026	Não
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE STO. ANTONIO DE JESUS - Compras.gov.br	3000	Fardo 64 Unidade	R\$ 67,0000	08/01/2026	Não
8	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-PR - Compras.gov.br	150	Fardo 64 Unidade	R\$ 62,5000	17/12/2025	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	350	Fardo 64 Unidade	R\$ 79,5000	15/12/2025	Não
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1314	Fardo 64 Unidade	R\$ 57,8800	11/12/2025	Não
11	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6	Fardo 64 Unidade	R\$ 77,1000	05/11/2025	Não
12	I	PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA - Compras.gov.br	1500	Fardo 64 Unidade	R\$ 82,6500	24/10/2025	Não
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Fardo 64 Unidade	R\$ 75,9000	23/10/2025	Sim
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

14	I	gov.br	200	Fardo 64 Unidade	R\$ 71,8000	23/10/2025	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Fardo 64 Unidade	R\$ 73,4500	23/10/2025	Não
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	250	Fardo 64 Unidade	R\$ 49,9000	20/10/2025	Sim
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	800	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,9300	02/10/2025	Não
18	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	288	Fardo 64 Unidade	R\$ 83,0000	30/09/2025	Não
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	120	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,9800	26/09/2025	Sim
20	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	150	Fardo 64 Unidade	R\$ 117,0000	15/09/2025	Sim
21	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	525	Fardo 64 Unidade	R\$ 117,0000	15/09/2025	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,1400	20/08/2025	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Fardo 64 Unidade	R\$ 53,9500	15/08/2025	Sim
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1500	Fardo 64 Unidade	R\$ 36,5000	31/07/2025	Não
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	500	Fardo 64 Unidade	R\$ 36,5000	31/07/2025	Não
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Fardo 64 Unidade	R\$ 55,8000	25/07/2025	Não
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	500	Fardo 64 Unidade	R\$ 46,9500	16/07/2025	Não
28	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	400	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,6400	15/07/2025	Não
29	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	590	Fardo 64 Unidade	R\$ 54,1800	08/07/2025	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - Compras.gov.br	121	Fardo 64 Unidade	R\$ 50,8000	07/07/2025	Sim
31	I	ESP-FUNDAÇÃO CASA - SP - Compras.gov.br	35	Fardo 64 Unidade	R\$ 56,7000	02/07/2025	Não
32	I	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	1460	Fardo 64 Unidade	R\$ 71,5000	01/07/2025	Não
33	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	324	Fardo 64 Unidade	R\$ 52,9838	30/06/2025	Não
34	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	450	Fardo 64 Unidade	R\$ 43,3000	16/06/2025	Não
35	I	CPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - Compras.gov.br	3530	Fardo 64 Unidade	R\$ 35,4500	12/06/2025	Não
36	I	CPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - Compras.gov.br	10590	Fardo 64 Unidade	R\$ 35,4500	12/06/2025	Não
37	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	1155	Fardo 64 Unidade	R\$ 69,9900	02/06/2025	Não
38	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1500	Fardo 64 Unidade	R\$ 58,9900	28/05/2025	Não
39	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - Compras.gov.br	990	Fardo 64 Unidade	R\$ 45,0000	27/05/2025	Não
40	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	120	Fardo 64 Unidade	R\$ 63,7000	16/05/2025	Sim
41	I	PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	250	Fardo 64 Unidade	R\$ 71,8600	16/05/2025	Não
42	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	100	Fardo 64 Unidade	R\$ 84,4500	15/05/2025	Sim
43	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	100	Fardo 64 Unidade	R\$ 87,0000	15/05/2025	Não
44	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	9	Fardo 64 Unidade	R\$ 60,2500	06/05/2025	Não
45	I	ASSOCIAÇÃO A C.E.J.L.SIQUEIRA /WANDERLANDIA/TO - Compras.gov.br	20	Fardo 64 Unidade	R\$ 65,5000	05/05/2025	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

46	I	gov.br	1990	Fardo 64 Unidade	R\$ 53,5000	23/04/2025	Não
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Fardo 64 Unidade	R\$ 53,9900	23/04/2025	Não
48	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	726	Fardo 64 Unidade	R\$ 56,0000	03/04/2025	Não
49	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC - Compras.gov.br	520	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,7100	31/03/2025	Não
50	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC - Compras.gov.br	3480	Fardo 64 Unidade	R\$ 74,4000	31/03/2025	Não

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
622662 - Caixa Arquivo Material: Polipropileno , Dimensão (C X L X A): 350 X 130 X 250 Mm. MM, Cor: Azul , Impressão: Padrão	Unidade	1000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	 Mediana
R\$ 2,8900	R\$ 4,2708	R\$ 3,7500
Coeficiente de Variação: 30,3456%		
Desvio Padrão: 1,2960		
Maior Preço: R\$ 7,8500		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	3537	Unidade	R\$ 3,7000	25/03/2026	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 3,2000	16/03/2026	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 7,8500	11/03/2026	Sim
4	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2600	Unidade	R\$ 4,3500	11/03/2026	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1100	Unidade	R\$ 3,3000	10/03/2026	Sim
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	7500	Unidade	R\$ 3,4200	04/03/2026	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 3,2700	03/03/2026	Sim
8	I	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª - RJ - Compras.gov.br	52	Unidade	R\$ 7,1307	26/02/2026	Sim
9	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,4000	23/02/2026	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 3,2400	22/02/2026	Sim
11	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	125	Unidade	R\$ 5,7100	18/02/2026	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	160	Unidade	R\$ 3,5000	18/02/2026	Sim
13	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 3,3000	13/02/2026	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 3,2000	13/02/2026	Sim
15	I	CAMARA MUNICIPAL DE MARILIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 4,0000	11/02/2026	Sim

16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1840	Unidade	R\$ 3,3000	09/02/2026	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	450	Unidade	R\$ 3,2700	04/02/2026	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 3,1200	03/02/2026	Sim
19	I	PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 4,6100	02/02/2026	Sim
20	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 3,3400	27/01/2026	Sim
21	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	134	Unidade	R\$ 54,7500	26/01/2026	Não
22	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 310,0000	21/01/2026	Não
23	I	EES-SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - Compras.gov.br	21087	Unidade	R\$ 3,6500	21/01/2026	Sim
24	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 310,0000	21/01/2026	Não
25	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AP - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 4,0000	15/01/2026	Sim
26	I	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AM - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 3,9000	14/01/2026	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4236	Unidade	R\$ 4,0400	13/01/2026	Sim
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 5,9100	11/01/2026	Sim
29	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 3,6200	23/12/2025	Sim
30	I	ESP-FUNDAÇÃO CASA - SP - Compras.gov.br	3100	Unidade	R\$ 3,3200	19/12/2025	Sim
31	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	360	Unidade	R\$ 3,5900	19/12/2025	Sim
32	I	ETO-ASSOCIACAO A.E.E.T.I.P.ONEIDE C. MOUSINHO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 6,1400	15/12/2025	Sim
33	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	140	Unidade	R\$ 4,4800	11/12/2025	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	5720	Unidade	R\$ 2,8900	10/12/2025	Sim
35	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 3,8700	07/12/2025	Sim
36	I	CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA 1ª REGIÃO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 6,2000	03/12/2025	Sim
37	I	INSTITUTO MUN.DE PREV.E ASSIST. SOCIAL/S.LUZIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 29,9000	03/12/2025	Não
38	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 53,9900	02/12/2025	Não
39	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 5,8900	02/12/2025	Sim
40	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 3,1700	02/12/2025	Sim
41	I	SECRETARIA MUNICI. DA PESSOA COM DEFICIENCIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 7,5200	27/11/2025	Sim
42	I	ECE-CONSORCIO PUB.DE SAUDE MICROREGIAO CRATO - Compras.gov.br	2100	Unidade	R\$ 3,8000	25/11/2025	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 4,1000	17/11/2025	Sim
44	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 3,1700	17/11/2025	Sim
45	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 288,9900	16/11/2025	Não
46	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,2400	12/11/2025	Sim

47	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 4,0000	08/11/2025	Sim
48	I	MSP-CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 5,7347	08/11/2025	Sim
49	I	MSP-CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 5,7347	08/11/2025	Sim
50	I	MSP-CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 5,7347	08/11/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
329552 - Etiqueta Adesiva Material: Papel , Cor: Branca , Tipo: Auto-Adesiva , Altura: 138,11 MM, Apresentação: 2 Etiquetas Por Folha , Largura l.: 212,30 M	Caixa 50 Unidade	15
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 30,5000	R\$ 36,2700	R\$ 33,5000
Coeficiente de Variação: 16,9881% Desvio Padrão: 6,1616 Maior Preço: R\$ 44,8100		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	Kalunga SA - Fornecedor	1		R\$ 30,5000	26/03/2026	Sim
2	IV	Papelaria Jambo Eireli - Fornecedor	1		R\$ 33,5000	26/03/2026	Sim
3	IV	MAGAZINE LUIZA S/A - Fornecedor	1		R\$ 44,8100	26/03/2026	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 26/03/2026 15:08

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

ESP-FUND.SISTEMA ESTADUAL ANAL.DADOS-SEADE

Estudo Técnico Preliminar 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 270.00000020/2026-84

2. Entidade Pública : Fundação SEADE

Fundação SEADE

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Fundação Seade - GEADM - Almoxarifado	Valdir Neves

4. Descrição da necessidade

A aquisição de materiais de estoque é imprescindível para suprir às necessidades de fornecimento interno do Almoxarifado, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas das unidades e seus funcionários, na obtenção de materiais para o desenvolvimento das atividades da Fundação SEADE.

Os itens de consumo a serem adquiridos são de qualidade e atributos comuns, não superiores às finalidades às quais se destinam, com especificações e disponibilidade usuais do mercado e não apresentando variações significativas de qualidade. Mais precisamente em não se tratando de artigos de luxo , o objeto comum destina-se a atender necessidades comuns da Administração, de modo que pequenas variações de qualidade se tornam irrelevantes.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade:

5.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os critérios previstos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU vigente, naquilo que couber. A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos com redução de desperdícios e menor poluição tais como:

5.1.1. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.1.2. Que as embalagens sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.3. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes, substituindo substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

5.1.4. A empresa contratada e seus funcionários deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão.

Da exigência de amostra

52. Serão exigidas amostras de todos os itens.

5.3. As amostras deverão ser entregues no endereço Av. Lineu Prestes,913 setor GEADM - Almoxarifado , no prazo limite de 3 dias corridos, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

5.4. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

5.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

5.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

5.7. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

5.8. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de (10) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Garantia da contratação

5.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Outros requisitos da Contratação

5.10. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80%(oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

5.11. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

5.12. A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;

5.13. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

5.14. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

5.15. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

5.16. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6. Levantamento de Mercado

Pesquisas de preços realizadas no endereço do sitio eletrônico: <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>, por meio de senha de acesso, o qual possui ferramenta de busca dos preços praticados em contratações no âmbito da Administração Pública

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução proposta envolve a aquisição de materiais para o suprimento anual dos estoques de higiene e escritório, não havendo necessidade de manutenção, para fins de atendimento às necessidades institucionais, proporcionando uma melhoria no ambiente de trabalho nas dependências das unidades .

7.2 No mais, a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento licitatório com o menor formalismo e cujo tempo necessária para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado

7.3.Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Sabonete Líquido Aspecto Físico: Líquido Viscoso Acidez: Neutro PH Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio Aroma: Erva-Doce	339700	Galão 5 litros	80

2	Toalha De Papel Material: 100% Fibra Celulose Virgem Tipo Folha: Interfolha, 2 Dobras, Folha Dupla Comprimento: 22 CM Largura: 21,50 CM Cor: Branca Características Adicionais: Gofrado, Gramatura: 23 G /M2	424890	Pacote 1000 folhas	1200
3	Papel Higiênico, Fibras Celulósicas; 30mX10 cm; branco; picotado, gofrado, folha dupla	443004	FARDO 64 UNIDADES	140
4	Caixa Arquivo Material: Polipropileno , Dimensão (C X L X A): 350 X 130 X 250 Mm. MM, Cor: Azul , Impressão: Padrão	622662	Unidade	1000
5	Etiqueta Adesiva Material: Papel , Cor: Branca , Tipo: Auto-Adesiva , Altura: 138,11 MM, Apresentação: 2 Etiquetas Por Folha , Largura I,: 212,30 M	329552	Caixa com 25 folhas (50 etiquetas)	20

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Via de regra, o parcelamento se faz necessário para garantir a competitividade do certame licitatório e com isso trazer para a Administração uma solução mais vantajosa financeiramente, já que algumas empresas podem não ter capacidade ou condições de ofertar a integralidade do objeto, mas apenas uma parte dele, razão pela qual a adjudicação conjunta inviabilizaria a participação delas no certame

Essa determinação está preceituada no § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Considerando-se que os objetos previstos nessa contratação são divisíveis; que essa possível divisão não implicará prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala; que tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade; o presente Estudo Técnico Preliminar considera justificada a possibilidade de parcelamento da solução a ser contratada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando-se que: as contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal; e que as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação; esse Estudo Técnico Preliminar não detectou quaisquer contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 39.642,20

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Sabonete Líquido Aspecto Físico: Líquido Viscoso Acidez: Neutro PH Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio Aroma: Erva-Doce	339700	Galão 5 litros	80	20,66	1.652,80
2	Toalha De Papel Material: 100% Fibra Celulose Virgem Tipo Folha: Interfolha, 2 Dobras, Folha Dupla Comprimento: 22 CM Largura: 21,50 CM Cor: Branca Características Adicionais: Gofrado, Gramatura: 23 G/M2	424890	Pacote 1000 folhas	1200	19,41	23.292,00

3	Papel Higiênico, Fibras Celulósicas; 30mX10 cm; branco; picotado, gofrado, folha dupla	443004	FARDO 64 UNIDADES	140	69,30	9.702,00
4	Caixa Arquivo Material: Polipropileno , Dimensão (C X L X A): 350 X 130 X 250 Mm. MM, Cor: Azul , Impressão: Padrão	622662	Unidade	1000	4,27	4.270,00
5	Etiqueta Adesiva Material: Papel , Cor: Branca , Tipo: Auto- Adesiva , Altura: 138,11 MM, Apresentação: 2 Etiquetas Por Folha , Largura I,: 212,30 M	329552	Caixa com 25 folhas (50 etiquetas)	20	36,27	725,40
VALOR TOTAL ESTIMADO						39.642,20

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O serviço a ser contratado por meio desse Estudo encontra-se alinhado no PCA do ano de 2025.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação objetiva atender a necessidade da Fundação SEADE, bem como a manutenção de uma reserva técnica de estoque, visando atender as demandas da instituição, de modo a não comprometer o pleno funcionamento das atividades.

14. Providências a serem Adotadas

Entende-se que para estas aquisições em específico, não há providências a serem tomadas para adequação do ambiente da Unidade, nem para a capacitação de servidores para atuarem na contratação.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais, razão pela qual este item não será considerado no planejamento

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WAGNER SILVESTRIN DE ANDRADE

Assessor

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de sabonete líquido, papel toalha e rolos de papel higiênico mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que se tratam de insumos essenciais para a manutenção das condições adequadas de higiene, salubridade e bem-estar dos usuários e servidores nas dependências da Administração Pública. Tais materiais são de uso contínuo, com demanda previsível e padronizada, o que facilita a definição de quantitativos e especificações técnicas no processo de contratação.

Do ponto de vista de mercado, há ampla oferta por diversos fornecedores, o que favorece a competitividade e possibilita a obtenção de propostas vantajosas para a Administração. Ademais, os produtos possuem características comuns e facilmente comparáveis, não exigindo soluções tecnológicas complexas, o que reduz riscos na execução contratual.

Por fim, a contratação contribui diretamente para o atendimento de normas sanitárias e de segurança, evitando prejuízos ao funcionamento regular das atividades institucionais. Dessa forma, evidencia-se a adequação e a viabilidade da contratação pretendida, alinhada ao interesse público e aos princípios da economicidade e eficiência.

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
9/2026	201201	Rascunho	WAGNER SILVESTRIN DE ANDRADE

Título: Sabonete líquido, papel toalha, papel higiênico, pasta prolipropileno, etiqueta

Observações:

Total de itens cotados: 5 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 25.441,7000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
339700 - Sabonete Líquido Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Acidez: Neutro PH, Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio , Aroma: Erva-Doce	Galão 5 Litro	80
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 10,7300	R\$ 20,6603	R\$ 17,5950
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 62,3190% Desvio Padrão: 12,8753 Maior Preço: R\$ 65,1600		


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Galão 5 Litro	R\$ 10,0000	06/03/2026	Não
2	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-RN - Compras.gov.br	24	Galão 5 Litro	R\$ 21,5000	01/03/2026	Não
3	I	MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS - Compras.gov. br	1200	Galão 5 Litro	R\$ 16,0000	20/02/2026	Não
4	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	35	Galão 5 Litro	R\$ 18,0300	11/02/2026	Não
5	I	PREFEITURA DE DIAMANTE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	300	Galão 5 Litro	R\$ 22,0000	10/02/2026	Não
6	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	80	Galão 5 Litro	R\$ 30,0100	05/02/2026	Não
7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - Compras.gov.br	120	Galão 5 Litro	R\$ 29,7600	05/02/2026	Sim
8	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - Compras.gov.br	1500	Galão 5 Litro	R\$ 31,8300	05/02/2026	Não
9	I	MMS-CAMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE - Compras.gov.br	4	Galão 5 Litro	R\$ 47,2700	04/02/2026	Não

10	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1000	Galão 5 Litro	R\$ 18,2000	20/01/2026	Não
11	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - MG - Compras.gov.br	36	Galão 5 Litro	R\$ 25,8900	16/01/2026	Não
12	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA-CE - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 12,8000	13/01/2026	Não
13	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-PR - Compras.gov.br	12	Galão 5 Litro	R\$ 13,8900	13/01/2026	Não
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 9,5000	23/12/2025	Não
15	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO - Compras.gov.br	300	Galão 5 Litro	R\$ 18,1700	19/12/2025	Não
16	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GO - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 18,9900	01/12/2025	Sim
17	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	2	Galão 5 Litro	R\$ 21,9900	28/11/2025	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA DE MEIO AMB., INFRAEST. E LOG - Compras.gov.br	9631	Galão 5 Litro	R\$ 9,6700	26/11/2025	Não
19	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 14,2500	25/11/2025	Não
20	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1270	Galão 5 Litro	R\$ 10,5000	25/11/2025	Não
21	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - Compras.gov.br	84	Galão 5 Litro	R\$ 13,4000	19/11/2025	Sim
22	I	ESP-SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - Compras.gov.br	84	Galão 5 Litro	R\$ 11,9700	14/11/2025	Sim
23	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	332	Galão 5 Litro	R\$ 7,2000	05/11/2025	Não
24	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	217	Galão 5 Litro	R\$ 12,3500	04/11/2025	Não
25	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	15	Galão 5 Litro	R\$ 13,9000	21/10/2025	Não
26	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	84	Galão 5 Litro	R\$ 23,5000	08/10/2025	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA DE MEIO AMB., INFRAEST. E LOG - Compras.gov.br	1050	Galão 5 Litro	R\$ 13,5300	15/09/2025	Não
28	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	60	Galão 5 Litro	R\$ 10,7300	08/09/2025	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Galão 5 Litro	R\$ 11,4800	01/09/2025	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	24	Galão 5 Litro	R\$ 19,9500	01/09/2025	Sim
31	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4000	Galão 5 Litro	R\$ 11,4400	28/08/2025	Não
32	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	150	Galão 5 Litro	R\$ 16,9900	25/08/2025	Não
33	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	600	Galão 5 Litro	R\$ 27,5000	11/08/2025	Não
34	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	6	Galão 5 Litro	R\$ 19,2000	05/08/2025	Sim
35	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	869	Galão 5 Litro	R\$ 15,5000	29/07/2025	Não
36	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	897	Galão 5 Litro	R\$ 13,9500	29/07/2025	Não
37	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	869	Galão 5 Litro	R\$ 16,3400	29/07/2025	Não
38	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	2609	Galão 5 Litro	R\$ 15,5000	29/07/2025	Não
39	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	10	Galão 5 Litro	R\$ 16,6600	21/07/2025	Sim
40	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	12	Galão 5 Litro	R\$ 15,8000	17/07/2025	Sim
41	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 8,9500	16/07/2025	Não
		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO					

42	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	180	Galão 5 Litro	R\$ 11,9500	15/07/2025	Não
43	I	ESP-SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS - Compras.gov.br	125	Galão 5 Litro	R\$ 13,7200	08/07/2025	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2042	Galão 5 Litro	R\$ 12,4900	01/07/2025	Não
45	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ES - Compras.gov.br	20	Galão 5 Litro	R\$ 19,4000	26/06/2025	Não
i 46	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	6	Galão 5 Litro	R\$ 17,5950	03/06/2025	Sim
47	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	15	Galão 5 Litro	R\$ 11,4100	03/06/2025	Não
48	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - Compras.gov.br	370	Galão 5 Litro	R\$ 11,8800	29/05/2025	Não
49	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GO - Compras.gov.br	10	Galão 5 Litro	R\$ 16,0800	27/05/2025	Não
50	I	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - Compras.gov.br	15	Galão 5 Litro	R\$ 65,1600	23/05/2025	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2



Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
424890 - Toalha De Papel Material: 100% Fibra Celulose Virgem , Tipo Folha: Interfolha, 2 Dobras , Comprimento: 22 CM, Largura: 21,50 CM, Cor: Branca , Características Adicionais: Gofrado, Gramatura: 23 G/M2	Pacote 1000 Unidade	1200
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 3,4800	R\$ 19,4111	R\$ 9,3400
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 121,9498% Desvio Padrão: 23,6718 Maior Preço: R\$ 84,3400		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Pacote 1000 Unidade	R\$ 6,5000	25/02/2026	Não
2	I	COMPANHIA MARICÁ ALIMENTOS / RJ - Compras.gov.br	1800	Pacote 1000 Unidade	R\$ 25,3000	20/02/2026	Sim
3	I	ESP - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV - Compras.gov.br	504	Pacote 1000 Unidade	R\$ 8,7100	03/02/2026	Sim
4	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	500	Pacote 1000 Unidade	R\$ 15,0000	29/01/2026	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	10	Pacote 1000 Unidade	R\$ 15,9000	21/01/2026	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	1084	Pacote 1000 Unidade	R\$ 84,3400	21/01/2026	Sim
7	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	120	Pacote 1000 Unidade	R\$ 8,9100	05/12/2025	Não
8	I	ESP-SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - Compras.gov.br	2160	Pacote 1000 Unidade	R\$ 12,0000	14/11/2025	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	636	Pacote 1000 Unidade	R\$ 9,3400	03/11/2025	Sim
i 10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1500	Pacote 1000 Unidade	R\$ 8,0000	28/09/2025	Sim

11	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Pacote 1000 Unidade	R\$ 3,4800	11/09/2025	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	400	Pacote 1000 Unidade	R\$ 8,4900	04/06/2025	Não
13	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	1220	Pacote 1000 Unidade	R\$ 8,5300	07/05/2025	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5060	Pacote 1000 Unidade	R\$ 7,7700	28/04/2025	Não
15	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	100	Pacote 1000 Unidade	R\$ 12,3000	15/04/2025	Não
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Pacote 1000 Unidade	R\$ 7,3000	21/03/2025	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item

443004 - Papel Higiênico Material: Celulose Virgem , Largura: 10 CM, Cor: Branca , Características Adicionais: Picotado, Folha Dupla

Unidade de Fornecimento

Fardo 64 Unidade

Quantidade

140


Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 49,9000

Média

R\$ 69,3036

 Mediana

R\$ 61,2400

Coeficiente de Variação: 31,4594%

Desvio Padrão: 21,8025

Maior Preço: R\$ 117,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Fardo 64 Unidade	R\$ 49,9500	25/02/2026	Sim
2	I	FUNDAcao NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	320	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,9800	05/02/2026	Não
3	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5048	Fardo 64 Unidade	R\$ 57,9900	20/01/2026	Não
4	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5048	Fardo 64 Unidade	R\$ 56,9900	20/01/2026	Não
5	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	990	Fardo 64 Unidade	R\$ 57,9900	20/01/2026	Não
6	I	PREFEITURA DE SANTA HELENA - PR - Compras.gov.br	1930	Fardo 64 Unidade	R\$ 49,0000	14/01/2026	Não
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE STO. ANTONIO DE JESUS - Compras.gov.br	3000	Fardo 64 Unidade	R\$ 67,0000	08/01/2026	Não
8	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-PR - Compras.gov.br	150	Fardo 64 Unidade	R\$ 62,5000	17/12/2025	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	350	Fardo 64 Unidade	R\$ 79,5000	15/12/2025	Não
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1314	Fardo 64 Unidade	R\$ 57,8800	11/12/2025	Não
11	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6	Fardo 64 Unidade	R\$ 77,1000	05/11/2025	Não
12	I	PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA - Compras.gov.br	1500	Fardo 64 Unidade	R\$ 82,6500	24/10/2025	Não
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Fardo 64 Unidade	R\$ 75,9000	23/10/2025	Sim
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

14	I	gov.br	200	Fardo 64 Unidade	R\$ 71,8000	23/10/2025	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Fardo 64 Unidade	R\$ 73,4500	23/10/2025	Não
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	250	Fardo 64 Unidade	R\$ 49,9000	20/10/2025	Sim
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	800	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,9300	02/10/2025	Não
18	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	288	Fardo 64 Unidade	R\$ 83,0000	30/09/2025	Não
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	120	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,9800	26/09/2025	Sim
20	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	150	Fardo 64 Unidade	R\$ 117,0000	15/09/2025	Sim
21	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	525	Fardo 64 Unidade	R\$ 117,0000	15/09/2025	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,1400	20/08/2025	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Fardo 64 Unidade	R\$ 53,9500	15/08/2025	Sim
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1500	Fardo 64 Unidade	R\$ 36,5000	31/07/2025	Não
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	500	Fardo 64 Unidade	R\$ 36,5000	31/07/2025	Não
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Fardo 64 Unidade	R\$ 55,8000	25/07/2025	Não
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	500	Fardo 64 Unidade	R\$ 46,9500	16/07/2025	Não
28	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	400	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,6400	15/07/2025	Não
29	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	590	Fardo 64 Unidade	R\$ 54,1800	08/07/2025	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - Compras.gov.br	121	Fardo 64 Unidade	R\$ 50,8000	07/07/2025	Sim
31	I	ESP-FUNDAÇÃO CASA - SP - Compras.gov.br	35	Fardo 64 Unidade	R\$ 56,7000	02/07/2025	Não
32	I	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	1460	Fardo 64 Unidade	R\$ 71,5000	01/07/2025	Não
33	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	324	Fardo 64 Unidade	R\$ 52,9838	30/06/2025	Não
34	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	450	Fardo 64 Unidade	R\$ 43,3000	16/06/2025	Não
35	I	CPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - Compras.gov.br	3530	Fardo 64 Unidade	R\$ 35,4500	12/06/2025	Não
36	I	CPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - Compras.gov.br	10590	Fardo 64 Unidade	R\$ 35,4500	12/06/2025	Não
37	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	1155	Fardo 64 Unidade	R\$ 69,9900	02/06/2025	Não
38	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1500	Fardo 64 Unidade	R\$ 58,9900	28/05/2025	Não
39	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - Compras.gov.br	990	Fardo 64 Unidade	R\$ 45,0000	27/05/2025	Não
40	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	120	Fardo 64 Unidade	R\$ 63,7000	16/05/2025	Sim
41	I	PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	250	Fardo 64 Unidade	R\$ 71,8600	16/05/2025	Não
42	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	100	Fardo 64 Unidade	R\$ 84,4500	15/05/2025	Sim
43	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	100	Fardo 64 Unidade	R\$ 87,0000	15/05/2025	Não
44	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	9	Fardo 64 Unidade	R\$ 60,2500	06/05/2025	Não
45	I	ASSOCIAÇÃO A C.E.J.L.SIQUEIRA /WANDERLANDIA/TO - Compras.gov.br	20	Fardo 64 Unidade	R\$ 65,5000	05/05/2025	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br					

46	I	gov.br	1990	Fardo 64 Unidade	R\$ 53,5000	23/04/2025	Não
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Fardo 64 Unidade	R\$ 53,9900	23/04/2025	Não
48	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	726	Fardo 64 Unidade	R\$ 56,0000	03/04/2025	Não
49	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC - Compras.gov.br	520	Fardo 64 Unidade	R\$ 59,7100	31/03/2025	Não
50	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC - Compras.gov.br	3480	Fardo 64 Unidade	R\$ 74,4000	31/03/2025	Não

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
622662 - Caixa Arquivo Material: Polipropileno , Dimensão (C X L X A): 350 X 130 X 250 Mm. MM, Cor: Azul , Impressão: Padrão	Unidade	1000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 2,8900	R\$ 4,2708	R\$ 3,7500
Coeficiente de Variação: 30,3456%		
Desvio Padrão: 1,2960		
Maior Preço: R\$ 7,8500		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	3537	Unidade	R\$ 3,7000	25/03/2026	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 3,2000	16/03/2026	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 7,8500	11/03/2026	Sim
4	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2600	Unidade	R\$ 4,3500	11/03/2026	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1100	Unidade	R\$ 3,3000	10/03/2026	Sim
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	7500	Unidade	R\$ 3,4200	04/03/2026	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 3,2700	03/03/2026	Sim
8	I	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª - RJ - Compras.gov.br	52	Unidade	R\$ 7,1307	26/02/2026	Sim
9	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,4000	23/02/2026	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 3,2400	22/02/2026	Sim
11	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	125	Unidade	R\$ 5,7100	18/02/2026	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	160	Unidade	R\$ 3,5000	18/02/2026	Sim
13	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 3,3000	13/02/2026	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 3,2000	13/02/2026	Sim
15	I	CAMARA MUNICIPAL DE MARILIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 4,0000	11/02/2026	Sim

16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1840	Unidade	R\$ 3,3000	09/02/2026	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	450	Unidade	R\$ 3,2700	04/02/2026	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 3,1200	03/02/2026	Sim
19	I	PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 4,6100	02/02/2026	Sim
20	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 3,3400	27/01/2026	Sim
21	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	134	Unidade	R\$ 54,7500	26/01/2026	Não
22	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 310,0000	21/01/2026	Não
23	I	EES-SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - Compras.gov.br	21087	Unidade	R\$ 3,6500	21/01/2026	Sim
24	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 310,0000	21/01/2026	Não
25	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AP - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 4,0000	15/01/2026	Sim
26	I	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AM - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 3,9000	14/01/2026	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4236	Unidade	R\$ 4,0400	13/01/2026	Sim
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 5,9100	11/01/2026	Sim
29	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 3,6200	23/12/2025	Sim
30	I	ESP-FUNDAÇÃO CASA - SP - Compras.gov.br	3100	Unidade	R\$ 3,3200	19/12/2025	Sim
31	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	360	Unidade	R\$ 3,5900	19/12/2025	Sim
32	I	ETO-ASSOCIACAO A.E.E.T.I.P.ONEIDE C. MOUSINHO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 6,1400	15/12/2025	Sim
33	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	140	Unidade	R\$ 4,4800	11/12/2025	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	5720	Unidade	R\$ 2,8900	10/12/2025	Sim
35	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 3,8700	07/12/2025	Sim
36	I	CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA 1ª REGIÃO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 6,2000	03/12/2025	Sim
37	I	INSTITUTO MUN.DE PREV.E ASSIST. SOCIAL/S.LUZIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 29,9000	03/12/2025	Não
38	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 53,9900	02/12/2025	Não
39	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 5,8900	02/12/2025	Sim
40	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 3,1700	02/12/2025	Sim
41	I	SECRETARIA MUNICI. DA PESSOA COM DEFICIENCIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 7,5200	27/11/2025	Sim
42	I	ECE-CONSORCIO PUB.DE SAUDE MICROREGIAO CRATO - Compras.gov.br	2100	Unidade	R\$ 3,8000	25/11/2025	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 4,1000	17/11/2025	Sim
44	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 3,1700	17/11/2025	Sim
45	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 288,9900	16/11/2025	Não
46	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,2400	12/11/2025	Sim

47	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 4,0000	08/11/2025	Sim
48	I	MSP-CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 5,7347	08/11/2025	Sim
49	I	MSP-CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 5,7347	08/11/2025	Sim
50	I	MSP-CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 5,7347	08/11/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
329552 - Etiqueta Adesiva Material: Papel , Cor: Branca , Tipo: Auto-Adesiva , Altura: 138,11 MM, Apresentação: 2 Etiquetas Por Folha , Largura l.: 212,30 M	Caixa 50 Unidade	15
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 30,5000	R\$ 36,2700	R\$ 33,5000
Coeficiente de Variação: 16,9881% Desvio Padrão: 6,1616 Maior Preço: R\$ 44,8100		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	Kalunga SA - Fornecedor	1		R\$ 30,5000	26/03/2026	Sim
2	IV	Papelaria Jambo Eireli - Fornecedor	1		R\$ 33,5000	26/03/2026	Sim
3	IV	MAGAZINE LUIZA S/A - Fornecedor	1		R\$ 44,8100	26/03/2026	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 26/03/2026 15:08

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$